

4

A docência na prisão

4.1

Professores da escola prisional Henfil: quem são?

Eles têm muito a nos ensinar. A nossa formação é acadêmica intelectualista, abstrata, livresca. A deles é empírica, pragmática, forjada no sofrimento, rica de sabedoria. A grande diferença é que nós sabemos que sabemos e eles não sabem que sabem. Ajudar a fazê-los ver o quanto sabem tem sido a nossa preocupação

(Frei Betto, sobre os presos, no tempo em que esteve na cadeia, durante a ditadura militar)

Ao chegar à sala dos professores da Escola Henfil, a fim de me apresentar e apresentar a pesquisa, estava preocupada e um pouco deslocada. Embora o ambiente de uma escola prisional já me fosse familiar, sempre é possível perceber a tensão que se instala no local quando algo novo surge ou alguém desconhecido aparece pelos corredores. O clima de curiosidade, dúvida e desconfiança sobre o novo são características marcantes daquele espaço.

Segui em frente, agindo de maneira natural e cumprimentando a todos, internos e equipe pedagógica, deixando transparecer segurança e cordialidade. A tranquilidade superou a ansiedade quando me deparei com alguns rostos conhecidos. Eram professores que já haviam trabalhado comigo em outras instituições, tanto prisional quanto extra-muro. Pude, então, relaxar e apresentar os objetivos da pesquisa. Mais tranqüila fiquei com a reação dos professores. Todos se dispuseram a participar, todos se mostraram ávidos em falar sobre a realidade em que vivem.

É nítida a necessidade de um espaço que revele seu trabalho, as condições de sua prática e as especificidades do alunado. Todos ansiavam por falar de seu cotidiano em uma escola na prisão, do sentimento de abandono por parte dos governantes responsáveis. Mas não só de angústias é marcado o dia-a-dia daqueles profissionais. Sempre presente em seus discursos, está a satisfação em atuar em uma escola na cadeia, em poder ser reconhecido e valorizado pelos alunos, em sentir que as atividades propostas são reconhecidas e importantes no cumprimento dos objetivos da educação no

cárcere. É fato que essa sensação de regozijo se dá ao compararem a efetividade das ações pedagógicas e o público alvo dessas ações da escola prisional com os que encontram nas escolas extra-muros. É nítida a insatisfação dos docentes com as condições de trabalho e as dificuldades de relacionamento com os alunos das escolas em que atuam fora da prisão.

São inúmeras as exigências a serem cumpridas pelos professores; em contrapartida, não há remuneração condizente com tais exigências e as interações no espaço de sala de aula, entre professor e aluno tornam-se, a cada dia, um desafio na profissão, quase sempre superado às custas do esgotamento psicológico do profissional. Sendo assim, mesmo diante do quadro de sucateamento e terror, que se apresentam nossas cadeias, lá ainda é um lugar, para o professor, em que ele se sente importante, valorizado, fazendo com que supere o perigo iminente de uma rebelião, enfrente com serenidade as regras de segurança impostas pela cadeia, invista o que é como pessoa na realização de sua atividade.

A escola Henfil oferece aos internos o Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. No entanto, o grupo de professores em sua maioria atua nas séries referentes ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Desta maneira, os sujeitos escolhidos para a pesquisa são os que atendem a esses segmentos. Trabalhamos com um grupo de 10 professores, das diversas áreas do conhecimento, que apresentaram horário compatível com a pesquisa. A escola trabalha com 23 profissionais; 5 atuam junto às turmas de Ensino Fundamental I e os demais, 18 desenvolvem suas atividades no Ensino Fundamental II e Ensino Médio; 3 professoras, durante a pesquisa, estavam de licença, uma maternidade e duas por problemas de saúde;. Todos os professores que trabalham em escolas prisionais são profissionais vinculados à rede estadual de educação. Fizemos observações em suas aulas, acompanhamo-os em alguns momentos informais na sala de professores, praticamente o único espaço, além da sala de aula, onde um professor de escola prisional circula, e realizamos entrevistas, todas na escola.

Professor(a)	Idade	Tempo de serviço em escola prisional	Vínculo com a Instituição	Disciplina que leciona	Trabalha em outra Instituição escolar	Segmento em que atua na escola prisional
Simone	37 anos	4 anos	matrícula	Língua	Município	EF II e EM

				Portuguesa	(diretora)	
Verônica	48 anos	8 anos	Matrícula	Geografia	Município	EF II e EM
Valdevino	50 anos	4 anos	Matrícula	Matemática	Estado (Matrícula) e Ensino Superior (Privado)	EF II e EM
Iracema	55 anos	8 anos	Matrícula	História	Município (aposentada)	EF II e EM
José Carlos	49 anos	7 anos	Matrícula	Geografia	Município	EF II
Márcia	56 anos	2 anos	Matrícula	Sociologia	Estado	Ensino Médio
César	45 anos	4 anos	GLP	Biologia	Estado e Município	EF II e EM
Soraia	42 anos	4 anos	Matrícula	Língua Portuguesa	Estado	EF II
Rosane	43 anos	1 ano	Matrícula	História	Estado	EF II
Rosângela	53 anos	9 anos	Matrícula	Inglês	Estado	EF II

O perfil dos professores da escola Henfil foi coletado durante a pesquisa de campo e as entrevistas. O corpo docente¹ da escola apresenta-se como majoritariamente feminino: dos dez professores participantes da pesquisa, apenas três são do sexo masculino.

Em termos de faixa etária nos chamou a atenção o fato da maioria ter idades que variam de 37 a 56 anos, com uma maior concentração de professores (nove) entre 42 e 56 anos, caracterizando assim um grupo de profissionais mais maduro e que, segundo a literatura, nessa faixa etária, enfrenta as situações de trabalho em sala de aula com mais serenidade.. Em relação aos anos de experiência, todos têm mais de dez anos como

¹ O corpo docente da escola Henfil é formado por 23 profissionais de ensino. Sendo 17 de matrícula na própria unidade, 6 fazem GLP (uns têm matrícula em outras unidades prisionais; outros não, têm sua matrícula fora do sistema). Desse total, apenas quatro são do sexo masculino.

profissionais do magistério, porém a maioria trabalha há menos de cinco anos em escolas prisionais.

Esses dados são significativos, pois revelam a existência de um processo de rotatividade dos profissionais na escola² estudada. Entendemos ser imprescindível um tempo maior de permanência do professor na mesma instituição para que ele possa conhecer a instituição, seus alunos, sua forma de funcionamento e sua organização. O tempo de trabalho em uma mesma organização oportuniza, ao profissional, um aprendizado sobre ela, e esse aprendizado influencia diretamente em seus modos de agir e em sua prática cotidiana. Sendo assim, entendemos que o tempo de atuação em uma mesma instituição pode ser considerado importante como parte de sua formação em serviço, oferecendo-lhe subsídios para o enfrentamento das situações de trabalho.

É importante destacarmos que essa rotatividade dos profissionais tem sido entre as escolas que trabalham com sujeitos privados de liberdade, o que demonstra não uma inadequação ou abandono das atividades no cárcere, mas que pode ser ocasionada por alguma incompatibilidade particular do docente.

Dos dez professores entrevistados, apenas um não possui matrícula nas escolas do sistema prisional. A pesquisa de Julião (2003) justifica a rotatividade dos professores das escolas prisionais pelo fato de serem, em sua maioria, contratados por tempo determinado, período não superior a dois anos, de acordo com legislação vigente. Destaca ainda Julião que os contratados não escolhem as escolas onde serão lotados, apenas os profissionais de matrícula possuem o direito a escolha da escola em que querem atuar, de acordo com a classificação que obtiveram em concurso realizado e com as vagas existentes.

Deste modo, observamos que vem ocorrendo uma mudança no perfil do profissional de ensino que atua nas escolas de presídio, pois quase a totalidade dos entrevistados na Escola Henfil tem sua matrícula no sistema prisional, demonstrando ser escolha deles atuar nesse contexto diferenciado. Os motivos que os levaram a procurar o

² Ao final do ano letivo de 2007, cinco dos dez professores entrevistados saíram da Escola Henfil. Três foram trabalhar em uma instituição de medidas sócio-educativas para menores, um continua atuando na escola prisional situada na unidade prisional Bangu IV, onde tem matrícula, deixando a Escola Henfil, onde fazia GLP e um desligou-se das escolas de presídio. Esse último não tinha matrícula em nenhuma escola de presídio. seu vínculo era apenas GLP, carga horária suplementar, (gratificação por lotação prioritária). A GLP, prática comum na rede estadual do Rio de Janeiro, pode ser cumprida na mesma escola em que o professor está lotado com sua(s) matrícula(s) ou em outra unidade escolar, de acordo com a necessidade. Há professores com duas matrículas e uma GLP, ou ainda com uma matrícula e duas GLPs, o que representa de 48 a 60 horas-aula semanais.

espaço da prisão como espaço de trabalho, visto não ser concedida nenhuma gratificação salarial extra para o desempenho da atividade no cárcere, justificam-se por diversos motivos: a insatisfação com as dificuldades enfrentadas nas escolas extra-muros, principalmente, em relação aos problemas de comportamento dos alunos; a carga horária pequena a ser cumprida na escola prisional; o número de alunos em sala de aula; a valorização do trabalho docente por parte dos alunos; o desejo de desenvolver um trabalho com forte cunho social e maior autonomia de trabalho.

Antes de começar a entrevista com a professora Márcia de Sociologia, ela fala de sua vontade, há mais de 11 anos, de trabalhar no sistema prisional. Trabalhou como contratada e GLP durante um tempo, mas precisou sair por questões burocráticas. Voltou ano passado através de remoção³ da Escola Estadual Sarah K. para a Escola Henfil e conseguiu também uma GLP na escola localizada no Talavera Bruce⁴. A professora destaca seu “desejo guardado de trabalhar no sistema. Já havia tentado 3 vezes e não tinha conseguido”. Outros entrevistados ratificam o interesse em desenvolver atividades nas escolas situadas no cárcere por conta de algumas vantagens percebidas em relação às escolas extra-muros.

“A questão do quantitativo de alunos em turma aqui não ser igual ao da rua em que você tem 45, 50 alunos, tudo isso facilita o teu trabalho apesar de algumas condições não serem as mais favoráveis”.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

“Por incrível que pareça, o que mais gosto daqui é a liberdade de atuação, desde que a gente não transgrida as normas e tenha um trabalho planejado, organizado junto ao grupo e a direção, a gente tem toda liberdade”.

(Professora Soraya, Língua Portuguesa)

Há de se ter cuidado com a autonomia descrita e praticada pelos profissionais que atuam nas escolas prisionais, pois sabemos que faltam políticas públicas direcionadas a esse grupo, falta uma estrutura organizacional dentro da própria secretaria de educação no que diz respeito ao trabalho desenvolvido e a ser desenvolvido por essas escolas, há uma deficiência de pessoal de apoio como coordenador e supervisor pedagógico, orientador educacional, secretária, para, junto ao diretor e aos professores desenvolverem propostas mais consistentes de atendimento aos

³ Possibilidade que o professor da rede estadual de educação tem de transferir sua matrícula para outro local ou para outra escola.

⁴ Unidade prisional para mulheres.

sujeitos privados de liberdade. Logo, o diretor acaba sobrecarregado em suas diversas atribuições burocráticas e administrativas e muitas vezes não consegue acompanhar de perto o trabalho realizado pelos professores. O professor acaba tendo maior liberdade no direcionamento de suas atividades dentro das escolas prisionais do que acontece nas escolas extra-muros.

Por conta da ausência de uma política, a gente acaba vendo que não existe material, não existe recurso; o professor vive de uma forma muito precária. Ele não tem nenhum tipo de gratificação ou benefício por estar dentro desse espaço (...) o que a gente acaba vendo é que você não oferece as condições, o professor, algumas vezes, acaba se aproveitando dessa ausência de condições também, por questões particulares. Então, você acaba vendo que por não existir algo consolidado, uma possibilidade de organização de uma proposta pra esta unidade então os professores vivem fazendo o que eles querem, do modo que eles querem, sem nenhum tipo de acompanhamento. O que a gente acaba vendo é que alguns são espaços totalmente improvisados, não tem condições estruturais mínimas e que o professor acaba ficando ali dentro daquele espaço o que ele pode. Às vezes, a gente critica o professor, mas ele tá fazendo às vezes o máximo dentro das condições que são oferecidas.

(Elionaldo Julião)

Uma questão que me incomoda quando falo dos docentes é em relação ao fato de ele não ter uma postura crítica, um olhar crítico com relação a todo trabalho, ao aluno. Ele de certa forma se acomodou. Eu vejo como uma forma de ele se beneficiar, por não existir uma cobrança de carga horária, uma cobrança de conteúdos trabalhados, de resultados, ele vai se aproveitando de tudo isso.

(Elionaldo Julião)

O fato também do professor encontrar dificuldades diversas em seu cotidiano de trabalho assegura-lhe maior liberdade na condução de suas atividades diárias, pois para driblar os imprevistos do dia-a-dia na cadeia é preciso utilizar todos os recursos disponíveis que nem sempre fazem parte do planejamento prévio da equipe.

Embora a educação nas prisões seja garantida por lei, os professores entrevistados não conheciam a determinação da Lei de Execuções Penais que garante a educação a pessoas privadas de liberdade, evidenciando assim um desconhecimento dos vínculos legais que os leva àquele ambiente de trabalho e da importância de sua atividade para os sujeitos privados de liberdade.

Conhecem, no entanto, os objetivos da educação no cárcere: a ressocialização do indivíduo apenado. Os professores trabalham com a preocupação em melhorar as

atitudes daqueles sujeitos quando em liberdade, investindo na formação de valores éticos, mas também com a preocupação de potencializar seus conhecimentos, tendo em vista a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. O desafio é imenso, pois a atividade docente se realiza em um contexto de punição, de isolamento, de perda de identidade. Busca-se através da educação a construção de um cidadão autônomo e crítico, entretanto sua autonomia e criticidade estão cerceadas em nome da disciplina e massificação do grupo. É preciso prepará-lo para o convívio social, porém, longe dessa sociedade na qual pretendemos (re)integrá-lo.

A análise dos dados coletados nas entrevistas e observações aponta alguns aspectos pertinentes ao trabalho docente em uma instituição prisional e oportuniza identificar aquilo que foi recorrente nas falas dos professores sobre a atividade em uma escola prisional e os momentos de discordância.

4.2

Os sujeitos privados de liberdade: quem são?

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”
 "Penso que não cegamos, penso que estamos cego.
 Cegos que vêem. Cegos, que, vendo, não vêem"

(Ensaio sobre a cegueira, José Saramago)

Eles, os professores das escolas prisionais, são aqueles que têm “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam”; de trabalhar, livres de possíveis preconceitos e julgamentos, ir além de um fato pontual, de um delito cometido. O *reparar*, portanto, não é nada mais do que se libertar da superficialidade da visão para aprofundar o interior do que é o homem e, finalmente, conhecê-lo, para assim tentar orientá-lo por caminhos menos dolorosos e com mais esperança.

O perfil dos sujeitos privados de liberdade apresenta algumas particularidades de acordo com recentes pesquisas. São, em sua maioria, jovens, solteiros, sem religião, afro-descendentes e com pouca escolaridade; pertencentes às comunidades carentes do estado; muitos estavam desempregados quando foram presos; outras jamais tiveram alguma ocupação no mercado de trabalho formal.

A Penitenciária Vicente Piragibe abriga, para cumprimento de pena, 1178 homens, de acordo com dados da SEAP⁵. No entanto, nem todos participam das atividades educacionais oferecidas no ambiente da prisão, pois a escola não comporta esse número de alunos. Em torno de setecentos detentos estão matriculados na escola Henfil. Mesmo com esse número elevado de alunos, para as condições de uma escola na prisão, observou-se que a frequência dos alunos é um fator preocupante em todas as escolas de presídio.

Visita durante a semana e no horário escolar, punições por mau comportamento, desânimo para cumprir as atividades por conta de problemas diversos que enfrentam no dia-a-dia da prisão, descaso dos agentes responsáveis em liberar os presos no horário escolar, são alguns fatores que contribuem para o esvaziamento da escola, tornando difícil para o professor o cumprimento das atividades planejadas.

Embora nossa pesquisa não esteja diretamente relacionada ao aluno detento, é preciso trazer algumas de suas particularidades, por entender que as situações de trabalho docente são situações sociais caracterizadas por interações entre seres humanos; no caso da educação carcerária, professor e sujeito privado de liberdade. As interações entre professor e aluno na sala de aula e durante as situações de atividades cotidianas estão no próprio centro do trabalho docente.

Desta maneira, além do contato com os alunos durante as observações e nossa estada no campo de pesquisa, foi realizada uma entrevista com três alunos, a fim de perceber a visão deles sobre o trabalho do profissional de ensino em uma escola prisional, o que os leva ao estudo, o porquê da disciplina ser fator tão elogiado nas escolas prisionais, entre outros assuntos de interesse da pesquisa.

Em todas as salas de aula observadas, o professor sempre me apresentou e me pediu para explicar os objetivos da pesquisa e de minha presença na escola. Em todos os momentos senti uma boa acolhida, mesmo com o episódio já relatado em que precisei explicar diretamente ao “presidente da cadeia”⁶ minha presença ali, pois estavam preocupados por eu ser professora de uma outra unidade prisional, de uma facção rival⁷.

⁵Secretaria de Administração Penitenciária

⁶ As organizações criminosas que “controlam” a cadeia possuem hierarquia e alguns detentos, chefes de comunidades aqui fora, acabam assumindo papel de liderança no interior dos presídios.

⁷ A penitenciária Vicente Piragibe tem membros da facção Comando vermelho; enquanto a penitenciária, que trabalho como professora, Bangu IV, é controlada pela facção ADA (amigos dos amigos)

Os sujeitos privados de liberdade procuram o espaço da escola na cadeia por inúmeros motivos: pela remição⁸, pela possibilidade de contato com pessoas que os trate bem, pela possibilidade de conversar sobre assuntos diversos, esquecendo um pouco os assuntos da cadeia, pela merenda, pela chance de aquisição de novos conhecimentos. Tardif (2005) nos fala sobre ser o “osso duro das atividades da organização escolar” as relações entre os professores e os alunos, principalmente, pelo fato de os alunos serem obrigados a irem à escola e a atividade escolar não ter, para a maioria, um lugar central em suas vidas, sendo, muitas vezes, um fardo.

Olha, um dos motivos...eu considero dois motivos principais, para que eles procurem a escola; um é a remição, a qual eles têm direito; e a outra de certa forma é falar deles, porque eles adoram falar deles, se você der uma oportunidade, eles falam o tempo todo de seus problemas. É uma forma que eles têm de dar uma relaxada, uma apaziguada no transtorno mental, né. Porque é um transtorno mental.

(Professor Valdevino, Matemática)

Ao professor cabe “manipular” o aluno de maneira a transformá-lo de acordo com os objetivos da organização e com os meios disponíveis e moralmente aceitáveis, mas também controlá-los para que colaborem com as ações a serem realizadas pelos professores. Desta maneira, percebemos que o trabalho docente necessita da colaboração do aluno para que se efetive. Fator esse que, muitas vezes, pode causar esgotamento e um excesso de investimento pessoal do profissional para que consiga realizar suas atividades cotidianas no interior das salas de aula.

Durante o trabalho de campo percebemos que na escola prisional ocorre o processo inverso, pois os apenados não são obrigados a freqüentarem a escola; pelo contrário, há inúmeros interesses, como já citados anteriormente, que os fazem desejar estar no ambiente escolar.

A escola funciona muito bem. A escola ajuda muito o dia-a-dia do preso, porque o complicado num lugar desse é você não ter o que fazer. E a escola te ajuda a suprir um pouquinho disso, o contato com as pessoas. Ajuda a suprir um pouco a carência do preso. O preso não faz nada o dia inteiro, pelo menos a escola ensina e ajuda a passar um pouco o tempo.

(Interno 1)

⁸ o detento que participa das atividades educacionais assina a ficha de remição. A remição permite a redução de pena. A cada três dias de estudo, diminui-se um na pena a ser cumprida.

Em relação à disciplina, esse é um fator com o qual os professores não precisam se preocupar durante a realização de suas atividades, sendo um dos pontos que traz maior satisfação ao professor em desenvolver sua prática no ambiente prisional.

“Aqui dentro o pessoal já procura a escola porque quer aprender alguma coisa, vem porque quer. Tem outra meta na vida, não quer mais fazer o que fazia antes, quer partir pra outra”
(Interno 2)

Segundo os alunos entrevistados o respeito ao professor e a boa disciplina alcançada no ambiente escolar da prisão deve-se pela idade do grupo, pelo número menor de alunos em sala de aula, pela ideologia da própria cadeia, pelo valor dado ao professor que vem dar aula na prisão e pelas regras da facção.

Quando o preso está na cadeia há um respeito maior com a família do próximo, com o espaço que você conquista, como o espaço da escola. O respeito com a pessoa que está ali pra te auxiliar, pra te ajudar, como no caso do professor. Então, essa carência torna a gente mais realista em respeito às coisas. Lá fora, o adolescente acha que o professor tá ali, porque tem que tá. Aqui, o professor que vem dar aula num lugar como esse, tá aqui porque quer tá. Então, você tem que cativar e respeitar essa pessoa.
(Interno 1)

“A facção em si influencia, porque sempre que a gente entra aqui, as normas são passadas. O respeito ao espaço do outro é primordial. Tudo é construído em cima do respeito ao próximo. É uma hierarquia que tem que ser respeitada.”
(Interno 3)

O sistema escolar criado na época da sociedade industrial apresenta algumas dificuldades de integração às mudanças em curso na contemporaneidade. Parece, então, “uma estrutura erguida uma vez por todas, como uma organização fossilizada” (Tardif, 2005). No entanto, é sabido que as mudanças ocorridas nos últimos tempos têm afetado diretamente a missão dos professores e o papel tradicionalmente exercido pela escola.

A escola não é mais o único lugar onde se aprende; o retorno dos saberes escolares na vida profissional não é mais garantido; os professores não podem mais se comportar como simples transmissores de informações e nem podem ser considerados os únicos mediadores de conhecimentos. Mudam-se funções, transformam-se papéis, sem, entretanto, existirem melhores condições de formação, de exercício da atividade ou

de gratificação. Surgem novas exigências a serem implantadas em um terreno velho e impróprio para o cultivo das novas demandas sociais que invadem o espaço escolar.

Em conseqüência da velocidade de surgimento e transformação dos saberes, não há mais garantia da essencialidade de competências e conhecimentos adquiridos ao longo de nossa trajetória escolar ou durante o percurso profissional, tudo pode se tornar obsoleto antes de terminarmos uma das etapas escolares ou durante a preparação profissional.

O novo indivíduo, aluno, que se apresenta à escola, exige novos comportamentos, novas dinâmicas e atividades por parte da escola e do profissional de ensino. São necessárias novas mediações a fim de contaminar o grupo e fazê-los cúmplices no cumprimento dos objetivos da escola a serem alcançados. O professor na escola prisional, apesar das condições adversas ao exercício da atividade, sente-se de certa maneira mais confortável, pois a exigência em relação à sua formação não é tão incisiva, a comunidade e a família estão distantes e os alunos valorizam a simples presença da pessoa do professor naquele espaço. As relações professor/ aluno são mais pacíficas e cordiais, facilitando a implementação das atividades e a realização do trabalho docente, do que as estabelecidas nas escolas extramuros, afetadas diretamente pelas mudanças sociais, econômicas e culturais do mundo contemporâneo, capazes de tornar a profissão professor mais complexa e desafiante do que, reconhecidamente, já é.

Os professores que vêm trabalhar aqui são excelentes profissionais, porque, digamos assim, lá fora todo mundo acha que aqui é um monte de animalzinho preso. A realidade é essa. Não sejamos hipócritas. É o que pensam. E o professor, mesmo que a família fique com medo de qualquer coisa, ele vem. E quando chegam aqui, vêm uma realidade diferente, uma realidade de seres humanos carentes de um pouco de atenção. Então nós só podemos achar excelentes essas pessoas que querem e vêm ensinar na cadeia.

(Interno 1)

Trabalhar aqui é complicado. O profissional tem que ser bom, tem que gostar de fazer o que faz. Aqui ele tem até um retorno maior, um respeito maior, se sente mais valorizado do que na rua. Na rua a molecada tá xingando, não respeita. Aqui ele tem um retorno profissional maior. Eles falam isso pra gente. No início ficaram apreensivos, mas depois viram que não é nada disso. Lá fora tem mais violência do que aqui dentro.

(Interno 2)

Torna-se difícil o trabalho do professor com pessoas aprisionadas, pois com as intensas e velozes mudanças na sociedade e a quantidade de informações que circulam pelo mundo, sem os recursos didáticos e até midiáticos, como a Internet, que amenizariam a distância entre o mundo do confinamento e o mundo externo onde tudo acontece, limita-se a atuação dos docentes. A prisão, como uma instituição total, caracteriza-se por uma barreira simbólica às relações sociais com o mundo exterior e sem o contato físico entre os encarcerados e aqueles que se encontram livres. Seus muros altos, suas portas fechadas, seus sistemas de segurança fazem parte das estratégias para possibilitar o bom funcionamento desses estabelecimentos.

Os indivíduos, integrantes das sociedades modernas, costumam realizar suas tarefas em diferentes espaços, com outras pessoas, de maneira diversificada. Já nas Instituições Totais há uma quebra desse modelo, pois as atividades são realizadas em grupo, com regras e horários pré-determinados, submetidos a uma autoridade de forma a atender os objetivos específicos da instituição e não mais à vontade do indivíduo. Sendo assim, essas pessoas vivem de uma maneira diferente do restante da sociedade, passam anos e anos levando uma vida intra-muros em desacordo com a realidade externa.

Para Foucault (1987) as Instituições Totais, de que fala Goffman (1999), são caracterizadas como instituições complexas, com a finalidade de treinar corpos. Instituições que pretendem tornar os indivíduos dóceis e úteis e são constituídas no momento em que se institui no corpo-social processos para repartir os indivíduos, fixando-os e distribuindo-os espacialmente, classificando-os de forma a tirar deles o máximo de tempo e de forças. As prisões, assim como as outras instituições totais, mantêm o indivíduo, conforme nos diz Foucault, “numa visibilidade sem lacuna”, formando em torno dessas pessoas um aparelho completo de observação, registro e notações, constituindo-se, assim, um saber sobre esses indivíduos que se acumula e se centraliza.

Em sua pesquisa sobre a história da prisão, Foucault nos apresenta os mecanismos de controle dos corpos dos apenados, como se criou toda uma tecnologia de controle. No entanto, essa tecnologia não é utilizada apenas na instituição prisão, mas em todas as instituições totais, como escolas, internatos, hospitais. Esse tipo de poder específico, exercido por uma rede de mecanismos e dispositivos, foi chamado por Foucault de poder disciplinar. O autor nos diz que a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.

O poder disciplinar é uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Também é controle do tempo, objetivando produzir o máximo de rapidez e eficácia. Este poder tem a vigilância como um de seus principais instrumentos de controle. A disciplina também implica em um registro contínuo do conhecimento, pois ao exercermos o poder, produz-se um saber. A sociedade disciplinar surge da relação entre poder e saber, ou seja, da disseminação dos saberes científicos que condiciona o sujeito na sociedade capitalista à disciplina. Segundo Foucault o jogo do poder se efetiva a partir do funcionamento de conjuntos de saberes, que dele nascem mas que igualmente o condicionam. De acordo com Gomes (2006)

O preso, diferentemente dos alunos de uma escola extra-muros regular, está condicionado a dispositivos disciplinares específicos, que são mais rigorosos do que em outras escolas, que dizem respeito à manutenção da ordem na instituição penitenciária na qual ele esteja custodiado.

Muitos dos alunos internos nunca tiveram contato com as tecnologias digitais, raros são aqueles que já leram alguma obra literária, foram ao teatro ou até mesmo ao cinema. Muitos estão afastados da escola há tempos e seus relatos sobre suas experiências escolares nos mostram um quadro de exclusão através de constantes repetências e/ou problemas disciplinares, muitos até foram expulsos por mau comportamento.

Pode escrever aí, 70% está nessa vida porque não teve outra opção. Nas comunidades não têm muitas e boas escolas, não têm lazer, não têm cursos profissionalizantes, técnicos e as famílias não têm como sustentar. A maioria não tem opção. Têm uns que estão nessa vida porque querem, mas a maioria não teve opção. A gente só vê portas se fechando.

(Interno 2)

Assegurar os direitos desses sujeitos não é prioridade da opinião pública, nem as condições em que cumprem suas penas mobiliza a sociedade, ou seja, reconhecer no apenado um sujeito de direitos, um cidadão parece-nos uma difícil tarefa. Não podemos esquecer, porém, que esses sujeitos voltarão a nosso convívio, logo é preciso utilizar o tempo de aprisionamento para apresentar-lhes novos caminhos e instrumentalizá-los para viverem, quando postos em liberdade, com mais dignidade e longe da delinquência.

Na maioria das vezes, banaliza-se o horror daquele submundo que vez por outra entra em nossas casas pelas imagens de rebeliões ou massacres. O sentimento de repúdio aos atos daqueles indivíduos, por vezes, faz-nos esquecer que junto a eles seguem esposas, pais, filhos, irmãos, enfim, uma legião de também “presidiários”, unidos pela mesma sentença. Não se trata de ter pena ou encará-los apenas como vítimas das sociedades capitalistas, mas de lutar para que a lei se cumpra, que a oportunidade de vivenciar experiências melhores e conhecer outros caminhos se faça presente na vida dessa multidão de homens que temos trancafiados em nossas cadeias.

A educação prisional assim como o trabalho nas unidades nos parece o fio da meada através do qual se podem deslindar as distâncias entre a vida do crime e a possibilidade de uma vida digna, em consonância com os preceitos sociais. Porém, nem a educação nem o trabalho sozinhos conseguirão o “milagre” da recuperação do detento. É preciso a união dos serviços existentes nos presídios, das instâncias governamentais e de uma total reformulação no sistema, já falido, penitenciário brasileiro. A educação constitui-se, então, como uma das ferramentas necessárias aos internos que desejam caminhar longe do crime.

4.2.1

O poder estabelecido e o poder paralelo na prisão

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as margens
que o comprimem”

(Bertold Brecht)

É sabido que essas instituições possuem um conjunto de normas e regras aceitas e tidas como capazes de manter sob controle aqueles que se desviaram da retidão legal. No entanto, é importante destacar que em cada uma dessas instituições prisionais há um sistema paralelo e oficioso, com regras e valores que institucionalizam uma cultura da prisão.

A realidade que toma conta de nossa cidade, partida e repartida em facções, estende-se aos presídios, onde todos devem ser rotulados ou por sua “filiação” a uma dessas facções ou pelo bairro de onde vêm e que levam a marca de uma dessas facções. A cidade repartida, segmentada, intolerante em algumas fronteiras. O espaço público é tomado por siglas de pertencimento nem sempre espontâneo, mas sempre necessário à sobrevivência daqueles que ali habitam.

A opção pelo mundo do crime para muitos sujeitos privados de liberdade passa pela questão da garantia de sobrevivência, da oportunidade de ter uma posição que lhe garanta renda e poder, sem a necessidade de escolaridade; bastando apenas coragem e fidelidade.

O Estado tem apresentado uma baixa capacidade de controlar a dinâmica prisional, em fazer valer princípios fundamentais de respeito à integridade física e psíquica dos indivíduos presos, permitindo que grupos de criminosos, ligados a facções, imponham uma ordem interna sobre a massa dos presos, capaz de se estender a seus familiares. As más condições das prisões, alimentação ruim, falta de assistência médica, ociosidade, maus tratos, deficiências do serviço penitenciário, superlotação, ou seja, condições precárias de existência no cárcere e uma série de práticas que aviltam à integridade física e moral dos presos são facilmente encontradas.

Segundo a antropóloga Alba Zaluar (Folha de São Paulo, 17/10/2004), algumas dessas facções criminosas já se reconhecem como força política, por controlarem áreas territoriais consideráveis da cidade, além de suas populações e de mobilizarem enormes recursos financeiros provenientes principalmente do tráfico de drogas.

O Estado, com seus representantes legais nas unidades prisionais, tem tido seu controle cada vez mais diminuído na instituição, enquanto a liderança desses grupos aumenta a olhos vistos. As regras não são mais impostas pela direção da casa. Tudo é negociado. A participação dos chefes da cadeia nas decisões é imprescindível para que se mantenha a ordem. Notamos o avanço do poder paralelo das facções em relação às autoridades constituídas. Estão todos submetidos às relações de poder por parte do poder do Estado, mesmo que de forma ínfima, e às formas de poder das facções.

Concessões de poder da administração penitenciária às grandes lideranças dos presos tem sido uma estratégia garantidora da “paz” e da ordem no ambiente prisional.

A prisão se apresenta como um sistema social pouco permeável e marcado pela produção de uma cultura peculiar que contamina os indivíduos que ali estão. A cultura prisional, a qual estão expostos os alunos e até certo ponto os professores, pois precisam conhecer e respeitar alguns códigos comuns, constitui uma comunidade prisional com estratificação social, formação de grupos informais, lideranças, costumes e mecanismos próprios de controle social.

Em relação à escola Henfil, o bom entendimento e respeito com a direção facilitam o trabalho dos docentes, pois a facção daquela unidade prisional preza a hierarquia e tem normas rígidas de comportamento. Logo, o professor se sente seguro por trabalhar com um grupo disciplinado e respeitoso, que valoriza a figura do profissional.

Os ocupantes dos postos de trabalho da escola prisional são indicados pelos chefes da cadeia à direção. Se houver algum problema a direção entra em contato com o representante da cadeia na escola para a substituição desse elemento. São os chamados faxinas⁹. Como a escola não possui pessoal de apoio, os faxinas ocupam essa posição, desenvolvendo trabalho de limpeza, de secretaria, de monitoria, de apoio pedagógico e são também responsáveis pela preparação e distribuição da merenda. Sendo assim, o vínculo de respeito e até certo ponto confiabilidade entre a equipe pedagógica e os faxinas se faz necessário.

Existe também o líder que toma conta da escola, então esse acesso, no caso eu sendo a diretora e ele sendo o líder da escola, é um acesso mais fácil. Esse líder ele direciona outros elementos pra trabalhar aqui na escola. Na escola de rua você tem merendeira, você tem faxineira, tem cozinheira. Aqui não. Então é um trabalho de equipe, essa equipe é escolhida por eles. Esses detentos que vêm trabalhar como apoio na escola, os faxinas, são escolhidos por eles. Eles escolhem, eu só dou meu aval. É claro que eles têm que saber, têm que me respeitar, que a diretora da escola sou eu, independente, deles terem líder, de eles terem presidente dentro da cadeia, que existe um presidente, que é o que manda mesmo. Tem o vice-presidente, tem os outros líderes. Tem 1400 internos, são 15 que comandam, mas tem um líder, uma hierarquia. Eu tenho que trabalhar respeitando o espaço deles, mas eles me respeitando mais ainda, porque se eu não aceitar algumas coisas que eu veja, que não estão certas, eles acatam, vou em cima do responsável da escola.
(Tânia, Diretora)

⁹ Faxina é todo preso classificado para qualquer ocupação laboral. O trabalho prisional pouco tem a ver com o trabalho do mundo livre. Na prisão o trabalho se constitui em prêmio no qual estão ínsitos muitos favores e vantagens. Ser faxina implica, fundamentalmente, em gozar de um status especial, relativamente ao grosso da massa carcerária. (Thompson, 2002, p.25)

Boa parte da vida carcerária nas prisões é controlada pelos próprios presos, como por exemplo, a cela em que irão habitar os recém-chegados, as tarefas que realizarão. São as lideranças da cadeia, que são construídas a partir do prestígio adquirido nas atividades criminosas fora do cárcere, que escolhem os presos que irão trabalhar na escola e em outros locais da instituição. Esse tipo de controle dos espaços e das atividades pelo poder paralelo acaba gerando imposições à massa carcerária de todo tipo.

A prisão oficialmente detém todas as regras, e a administração, em tese, exerce o controle total sobre o seu funcionamento. Porém, a gestão do cotidiano prisional requer um jogo de concessões entre o grupo dirigente e os presos. Não é possível fazer cumprir todas as regras sem que haja colaboração por parte dos presos, cooperação que é barganhada por favores e permissões.

A escola Henfil recebe alunos da facção criminosa conhecida como Comando Vermelho. Durante as entrevistas, os professores que trabalham em outras unidades prisionais, com facções diferentes, comentaram que percebem diferenças nos membros das facções, seja em relação à vestimenta, aos hábitos e aos costumes, ao linguajar e a maneira de se dirigir às pessoas. Os pertencentes ao comando vermelho são sempre mais respeitosos e mais formais no tratamento com as pessoas de fora. Os professores apontam a preferência em trabalhar em unidades prisionais em que o Comando vermelho está estabelecido, por sentirem-se “mais seguros” e mais respeitados, pois conhecem a hierarquia e normas que determinam a conduta e comportamento de seus integrantes.

Em entrevista a Revista Época, de fevereiro de 2008, Roberto Porto, do Ministério Público de São Paulo, apresenta seu livro, Crime Organizado e Sistema Prisional (Editora Atlas), em que faz uma análise sobre a atuação estatal no direito de punir os criminosos e avalia a situação dos presídios brasileiros, enfatiza a presença das facções no interior dos presídios. Segundo o promotor,

O completo abandono do sistema prisional por parte do Estado propiciou a formação e o crescimento das facções criminosas que dominam a grande maioria dos presídios brasileiros. Esse abandono pode ser constatado pelas condições precárias de nossos estabelecimentos prisionais. Só para se ter uma idéia da caótica situação, no Brasil há um déficit de mais de 135 mil vagas no sistema carcerário. Ocorrem em média duas rebeliões e três fugas por dia. O último Censo Penitenciário Nacional indicou que 1/3 da população carcerária é portadora do vírus HIV, e a tuberculose pulmonar atingiu níveis epidêmicos. A isto tudo acresce que o corpo de funcionários que atuam no sistema prisional é absolutamente

despreparado para o exercício de suas funções. O resultado desse ciclo vicioso é desastroso.

(Revista Época, fevereiro de 2008)

Em meados dos anos 80, a Lei de Segurança Nacional equipara sob a mesma tipificação assaltantes e seqüestradores comuns e guerrilheiros urbanos. Confinados em uma mesma ala na penitenciária de segurança máxima da Ilha Grande, esses grupos acabam trocando informações e partilhando saberes.

Os prisioneiros comuns, utilizando táticas de organização aprendidas com os guerrilheiros dominam o complexo penitenciário, fundam um grupo chamado Falange Vermelha, mais tarde batizado de Comando Vermelho. Nos anos 80, o Comando Vermelho já se faz presente na maioria dos presídios do Estado do Rio de Janeiro. Essa organização impõe sua autoridade nas comunidades cariocas, carentes de ações do Estado, com uma mistura de assistencialismo e coerção; mantendo, assim, o poder na base da admiração, respeito, dependência e medo, impondo suas normas de disciplinarização a todos que estão subordinados ao grupo. Algumas dissidências criam outras organizações, outras facções, conhecidas como Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA). Essas facções dividem a cidade e se fazem presentes nas cadeias e penitenciárias do estado.

O Comando vermelho, em seu estatuto, apresenta regras e normas disciplinares a serem seguidas por seus “custodiados”: “A liberdade precisa ser conquistada pelo oprimido, e não dada pelo opressor.”

Segundo Carlos Amorim, em seu livro “Comando vermelho, a história secreta do crime organizado”, em que conta a formação dessa facção, atesta que “o crime organizado ocupa as lacunas de assistência social que o Estado vai deixando para trás, ao sabor da crise econômica ou da insensibilidade política” (p.260). Ainda em seu livro nos apresenta a declaração de William “professor” um dos líderes e fundadores do Comando vermelho

Conseguimos aquilo que a guerrilha não conseguiu: o apoio da população carente. Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão três milhões de adolescentes, que matarão vocês [a polícia] nas esquinas. Já pensou o que serão três milhões de adolescentes e dez milhões de desempregados em armas? Quantos Bangu I, II, III, IV, V...terão que ser construídos para encarcerar essa massa?

(Palavras de William da Silva Lima, em janeiro de 1991)

Hoje, o Estado do Rio de Janeiro possui 43 estabelecimentos penais, os quais não têm sido suficientes para abrigar o número de custodiados, presos e, muito menos, aqueles que estão por vir, pois é grande o número de mandatos de prisão expedidos e ainda não cumpridos.

É esse o objeto de trabalho dos professores da escola prisional. Sujeitos subordinados às “normas” das facções a que estão “filiados”, à cultura da prisão, à massificação. O reconhecimento das características e especificidades do sujeito privado de liberdade precisa ser considerado na elaboração das atividades direcionadas a esse grupo.

Podemos atribuir à “força” das regras dessa facção, ao poder disciplinar inerentes as instituições de seqüestro e à cultura da prisão, o bom comportamento e disciplina dos alunos, tão elogiados pelos que trabalham nas escolas prisionais. Os professores, talvez por não conhecer os meandros da instituição prisional, não percebem o quão prejudicial é a passividade apresentada pelos alunos das escolas prisionais. Aquilo que serve de pano de fundo ao trabalho docente, fazendo com que os profissionais da educação “economizem” um investimento pessoal maior do que o de costume, é, na verdade, uma sujeição do indivíduo a forças que ele, enquanto aprisionado, precisa, em maior ou menor grau, aceitar.

Emerge, assim, entre os presos, um poder informal e uma cultura paralela, definindo regras, costumes, uma ética própria e, até mesmo, critérios e condições de sobrevivência próprias.

Os alunos na escola lá fora não têm educação. Os alunos aqui dentro pra irem ao banheiro eles levantam a mão e pedem autorização para saírem. Ou se eles quiserem cuspir, ou se quiserem tossir ou quiserem dar um espirro, que para muitos deles isso é falta de educação, eles pedem para sair. E quando retornam, não entram direto na sala. Pedem autorização pra entrar. Eu não vejo esse tipo de coisa nas escolas lá fora. Eu vejo é pancadaria, xingamentos, agressões, falta de respeito com o professor, ameaças ao professor.

(Professora Iracema, História)

Donald Clemmer (1940) com seu trabalho *The prison community*, um dos mais profundos estudos sociológicos sobre as prisões norte-americanas, clássico estudo dos anos 30, mas publicado em 1940 procura explicar como se estruturavam as relações da

cultura prisional com a sociedade abrangente e reconhecia, também, que a penitenciária não era uma *closed culture*.

Os efeitos da prisionização, conceito, inicialmente, proposto e desenvolvido por Clemmer, podem advir do isolamento do preso em relação à sua família, a sua segregação em relação à sociedade, a convivência forçada no meio delinqüente, o sistema de poder (controlando todos os atos do indivíduo), as relações contraditórias e ambivalentes entre o pessoal penitenciário e os presos (o pessoal oferece-lhes apoio e assistência e, ao mesmo tempo, os contém, os reprime e os pune), etc.

Ora nos parece ser impossível desenvolver em alguém a maturidade para o convívio em sociedade, segregando-o da sociedade. Diz Aniyar de Castro (1990): “Ninguém aprende a viver em liberdade, sem liberdade”.

Thompson, em sua obra “A questão penitenciária” (2002), no Capítulo III, aprofunda-se no assunto, a partir das idéias de Donald Clemmer, diz-nos ser a prisionização um processo de aculturação. É a “adoção, em maior ou menor grau, dos usos, costumes, hábitos e cultura geral da prisão” (Donald Clemmer, citado por Daher, 1990; ver, também, Thompson, 2002, p. 23). Segundo Thompson, é um processo inevitável; todo encarcerado sofre, em alguma medida, o processo de prisionização, a começar pela perda de “status”, ao se transformar, de um momento para outro, “numa figura anônima de um grupo subordinado” (*idem*, p. 23). Todo encarcerado sucumbe, de alguma maneira, à cultura da prisão. Mesmo porque a cadeia é um sistema de poder totalitário formal, pelo qual o detento é controlado 24 horas por dia, sem alternativa de escape.

A vida carcerária é uma vida em massa, sobretudo para os presos, evidentemente. Como conseqüência, ela lhes acarreta uma verdadeira desorganização da personalidade, ingrediente central do processo de prisionização. Entre os efeitos da prisionização, que marcam, profundamente, essa desorganização da personalidade, cumpre destacar: a perda da identidade e a aquisição de nova identidade; o sentimento de inferioridade; o empobrecimento psíquico; a infantilização, a regressão. O empobrecimento psíquico acarreta, entre outras coisas: o estreitamento do horizonte psicológico, a pobreza de experiências, as dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazos. A infantilização e a regressão manifestam-se, entre outras coisas, através de: dependência, busca de proteção, busca de soluções fáceis, projeção da culpa no outro e dificuldade de elaboração de planos. Diz Alessandro Baratta (2002) que o melhor cárcere é aquele que não existe, e que o cárcere será tanto melhor quanto menos

cárcere for. Os efeitos do cárcere nos sujeitos privados de liberdade precisam ser conhecidos e reconhecidos pelos docentes a fim de entender as reais necessidades desses indivíduos que procuram no ambiente escolar não só um refúgio para o enfrentamento das mazelas de seu cotidiano, mas também a oportunidade da construção de novos conhecimentos que os possibilite, ao serem reintegrados à sociedade, buscar novas alternativas de vida.

A oferta de educação a jovens e adultos presos deve atender às suas múltiplas demandas, ser organizada em conformidade com seus interesses, precisa configurar um direito, garantir o aprendizado integrado e por toda vida.

O professor, peça chave na organização desse trabalho, precisa estar ciente, consciente e disposto ao enfrentamento das dificuldades desse grupo. Muitos, durante a pesquisa, atestaram ser a maior necessidade do aluno apenado a busca por um espaço de diálogo, um local onde seus anseios, vontades e idéias sejam ouvidos.

Eu acho que esse aluno, ele vem em busca de muitas coisas. Primeiro o espaço pro diálogo. Ele quer falar da sua vida, das suas expectativas, da sua esperança...Então ele tem que ter esse espaço pro diálogo. E ele vem em busca de uma oportunidade. Ele vê a escola como um espaço onde ele vai ter uma oportunidade. E a questão de conteúdo ela não vem em primeiro plano. A gente até mostra pra ele a importância e tal, tem alguns alunos que se dedicam mais, mas num primeiro momento ele quer um espaço onde ele possa ser ouvido, ele possa colocar suas angústias, preocupações, e é um grupo de alunos bastante instável emocionalmente.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

Desta maneira, é dada ao professor a oportunidade de oferecer a esses indivíduos um conhecimento que os faça se reconhecer como elemento importante no mundo em que vivem; portadores de saberes e conhecimentos que têm um valor social, e não pensem em si apenas como pessoas marcadas por um estigma, por um delito. É preciso oferecer-lhes a escolarização da qual não foram beneficiários em outro tempo, não objetivando a mera certificação, mas com fins de formação de um cidadão crítico, que possa refletir sobre seus atos, desenvolvendo-lhes habilidades como a leitura e a escrita para que sejam capazes de interagir com seu entorno e produzir seus próprios textos, deixar suas marcas, serem capazes de “ler o mundo” e dele se sentir parte integrante. Criar um espaço de educação permeado pelo diálogo, pela troca, pela construção entre as partes, faz-se mister para a garantia do direito dos sujeitos privados de liberdade à educação.

4.3

A formação inicial: reflexões

Ao indagarmos os professores sobre a relevância da formação acadêmica como ferramenta para enfrentar os desafios das atividades nas escolas prisionais, percebemos questionamentos referentes ao processo de formação, pelo fato de esse momento não ter oferecido subsídios suficientes para a prática no espaço diferenciado da prisão. Consideram-se possuidores de saberes construídos por eles durante a prática, em situações reais e singulares de trabalho. Os professores entrevistados constataam a existência de um hiato entre a formação acadêmica recebida e os momentos práticos que experimentam durante seu trabalho.

Desta maneira, a pesquisa sobre o trabalho docente em uma instituição escolar dentro de uma prisão apresenta-se como essencial não só como uma oportunidade de validar os saberes construídos na prática e contribuir na melhora dos programas de formação inicial, mas também ao reconhecer que além de produzir saberes na prática, o trabalhador atribui a esses saberes significados e sentidos.

O docente precisa, todos os dias, estar preparado para lidar com pessoas com baixa auto-estima, com marcas pessoais profundas, provenientes de realidades distintas e, muitas vezes, sem o contato com os familiares. A escola e os professores acabam se tornando para muitos internos a ponte entre o cárcere e o mundo exterior. É nítida a sobrecarga emocional a qual está exposto o profissional de ensino que atua no espaço da prisão. Entretanto, nem a sua formação inicial, nem os espaços de socialização que percorreu o prepararam para tal atividade, nem ao menos indícios das especificidades da prática docente no cárcere foram-lhe apresentados.

“A minha formação acadêmica só me ajudou em termos didáticos, em termos funcionais, não me ajudou em nada, nada. Eu tive que adquirir toda uma condição pra trabalhar aqui, exercendo o trabalho dentro de uma unidade prisional”.

(Professor José Carlos, Geografia)

Na realidade, a maioria nem ao menos tinha conhecimento da existência das escolas prisionais durante o processo de formação acadêmica. Todos foram unânimes ao afirmar que a formação inicial não deu subsídios suficientes para a realização das atividades, nesse espaço diferenciado.

A formação inicial não me ofereceu recursos suficientes pra eu estar aqui e se você trazer apenas a tua formação acadêmica aqui pra dentro, é muito pouco pra tua prática em sala de aula, porque eles precisam muito mais que isso.

(Professora Simone)

A fala dos professores sobre a ineficiência da formação inicial e a importância do reconhecimento das especificidades da atividade docente em uma escola situada no cárcere, leva nos a perceber a necessidade de repensar a formação para a docência. Urge que esses espaços de formação atribuam um novo significado e valor aos saberes dos profissionais de ensino e as realidades vividas em seu trabalho cotidiano.

A formação de professores pouco leva em conta as práticas, o trabalho real dos professores no dia-a-dia, em sua diversidade e ambiente atuais (Perrenoud, 2002). Muitos cursos de formação baseiam-se, ainda hoje, em uma visão prescritiva da profissão, relegando a segundo plano uma análise precisa da realidade das atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar, descrevendo as condições e limitações do trabalho real dos professores. Em vista disso, os profissionais quando se deparam com realidades específicas não se sentem preparados para enfrentá-las, pois não há um reconhecimento entre os saberes adquiridos na formação com os saberes e competências necessários a resolução de problemas advindos das situações de trabalho.

Os professores entrevistados reconhecem a importância dos saberes curriculares e das disciplinas, porém, no contexto das situações reais de trabalho percebem que o investimento do que são como pessoa, a convocação de diversos outros saberes, conhecimentos e competências também se fazem necessários e precisam ser considerados durante o processo de formação para oferecer-lhes maior segurança e estabilidade quando no exercício da profissão.

É lógico que a formação acadêmica é necessária. Essa bagagem para você poder estar ocupando esse espaço vem da formação inicial, mas pro teu dia-a-dia, tua prática, vale muito mais a questão da tua intuição, do teu bom senso, a questão de estar porque gosta, porque quer desenvolver um trabalho, eu acho que isso pesa muito mais do que essa bagagem acadêmica.

(Professora Simone)

O reconhecimento das atividades práticas, da realidade dos trabalhadores, em detrimento de propostas que dão ênfase às prescrições, torna-se, então, fator decisivo para o êxito dos programas de formação.

Embora vários estudos destaquem a importância dos conhecimentos práticos na formação profissional, não se pretende valorizar apenas nos processos de formação os conhecimentos das ciências básicas e aplicadas, os conhecimentos técnicos e operatórios, codificados e descritos previamente, voltados para resolução de problemas que o profissional deverá enfrentar no seu dia-a-dia (Borges, 2004). Os conhecimentos práticos, segundo Tardif (2000 a) são conhecimentos que permitem ao profissional responder as situações inéditas de trabalho com autonomia e discernimento. Desta maneira, é pertinente estabelecer articulações entre os conhecimentos teóricos da formação acadêmica e os conhecimentos práticos experimentados durante a atividade.

Numa prática pedagógica, “aprender é fazer e conhecer fazendo” (Tardif apud Borges, 2004, p.48). É preciso desenvolver uma lógica profissional que valorize o estudo das tarefas e realidade dos professores a fim de amenizar a distância entre a teoria apresentada nas agências de formação e a prática cotidiana dos profissionais.

O profissional não pode estar limitado, durante sua formação, a apreensão de conhecimentos, produzidos por outros, pelos pesquisadores, e a aplicação prática desses conhecimentos quando em exercício da profissão, na tentativa de “encaixar” esses conhecimentos a situações de trabalho vividas por eles em interação com outros agentes do processo educativo. Percebemos a contradição do modelo ao apresentarmos a docência como uma profissão complexa, afetada diretamente pelas intensas transformações sociais, de toda ordem, e que requer de seus trabalhadores um intenso engajamento pessoal, para que possa dar conta das variabilidades do meio e das particularidades de seu objeto de trabalho. Logo, o profissional precisa participar do processo de produção de saberes e conhecimentos necessários ao exercício da profissão.

Os professores entrevistados analisam a formação inicial, acadêmica, a partir de suas experiências e das dificuldades por quais passam no exercício de seu ofício. Sentem que os conhecimentos e saberes oriundos da formação não são suficientes para a realização de suas atividades em uma escola na prisão, pelas especificidades que essa prática requer; pelas diversas competências, conhecimentos e saberes que precisam ser acionados durante seu trabalho cotidiano.

“Eu acho que o que eu faço aqui é mais pessoal mesmo, meu modo de ver o mundo, meu modo de ver a sociedade. Mas, sinceramente, a faculdade não teve nada a ver com o trabalho que desenvolvo aqui.”

(Professora Márcia)

Entendem que antes da aplicação de seus saberes referentes às disciplinas ministradas é preciso adaptar-se aquela realidade e para isso a formação inicial não lhes forneceu suporte ou apresentou-lhes possibilidades de ações diferenciadas.

“A faculdade apenas me deu o diploma, me deu um título de graduação, mas não me ensinou nada em relação a trabalhar dentro de uma escola prisional. Isso eu aprendi na própria carne, através da prática, através da vivência.”

(Professora Iracema História)

Em uma escola para pessoas privadas de liberdade, sente-se o apelo da formação de valores e mudanças de atitudes, necessárias a reflexão sobre os atos passados, em detrimento das questões de conteúdos disciplinares. O professor entende ser esse o seu primeiro objetivo: trazer-lhes conforto, fazê-los refletir sobre suas atitudes, reforçar valores e torná-los pessoas melhores.

É um conjunto de coisas que você precisa, que permitam fazer com que você exerça a atividade de profissional professor aqui. É preciso ter força de vontade, ter garra, ter perseverança. É todo um conjunto que trabalha tentando devolver alguém a sociedade em uma situação melhor.

(Professor José Carlos, Geografia)

No exercício da atividade no cárcere, é preciso considerar que a vida das pessoas que participam dos programas escolares não se restringe ao ato que os levou a prisão. São sujeitos com histórias maiores, com anseios diversos e o professor exerce papel de integrador dos diversos saberes (curriculares, disciplinares, da formação profissional e experienciais).

Entre os professores participantes da pesquisa observamos como prática comum ao grupo, durante as entrevistas e conversas informais, a reflexão constante sobre suas práticas e sobre as atitudes e necessidades dos alunos. A figura do professor reflexivo destaca-se, segundo eles, pelas particularidades do grupo de alunos e sempre pela necessidade de gerenciar situações inusitadas. Ao término das aulas sempre têm algum fato que os faz parar e repensar a maneira de agir. Essa reflexão os faz estar mais bem preparados para o desenvolvimento de seu trabalho no dia-a-dia da cadeia.

Depende muito do dia, porque às vezes a gente chega pra dar aula e são certos acontecimentos que pintaram durante a noite, dentro das celas, ou até mesmo à tarde num espaço que não tinha aula, mas que vem à tona dentro da sala de aula e a aula em si, planejada, não acontece. Como no dia em que recebemos a notícia da liberdade de um aluno durante a aula. Esse momento foi um momento inesquecível pela reação dele, o que presenciei no olhar dele, no rosto dele. Então é preciso sempre estar pensando sobre as atividades que fizemos, que vamos fazer, considerando tudo; procurando, pesquisando alguma coisa para esses momentos.

(Professora Márcia Sociologia)

Vale ressaltar que uma formação capaz de privilegiar a articulação entre os saberes práticos produzidos durante as situações de trabalho e os saberes teóricos, a fim de melhor instrumentalizar o profissional de ensino, parece a todos a melhor maneira de diminuir a distância entre a formação e a prática.

4.4

A formação continuada: em busca de um caminho

Entendemos que a formação continuada proporciona novas reflexões sobre a ação profissional e contribui para aprimorar o trabalho pedagógico; sendo um processo de continuação permanente de aquisição de conhecimentos a partir da formação inicial.

Sendo assim, a pessoa mais indicada para falar sobre formação docente são os próprios envolvidos no processo, ou seja, os professores; e para que a formação continuada tenha um impacto positivo em suas reflexões e práticas e contribua no desenvolvimento de novos caminhos, expandindo as competências profissionais, o docente precisa estar envolvido no seu processo de formação, reconhecendo serem esses momentos essenciais e contributivos para suas atividades. Ouvi-los, trazer à tona suas experiências e conhecer sua atividade são fatores imprescindíveis como momentos de formação.

Por entenderem a formação inicial como insuficiente para o cumprimento dos objetivos propostos à educação no cárcere, os professores, durante as entrevistas, apresentam como um dos recursos disponíveis, capaz de amenizar as dificuldades encontradas na prática, as prováveis propostas de formação continuada oferecidas de forma sistematizada pela secretaria de educação, desde que esse processo seja

organizado e implementado por pessoas que conheçam a realidade do desenvolvimento de atividades nas escolas prisionais.

Dos dez profissionais entrevistados, quatro não possuem nenhuma certificação referente a processos de formação continuada como cursos de pós-graduação *lato sensu* na disciplina que ministram. No entanto, todos já participaram de atividades como cursos de extensão, seminários, encontros pedagógicos, simpósios, entre outras práticas formativas.

Mesmo aqueles com anos de exercício em escolas prisionais, não foram contemplados com uma iniciativa, por parte das autoridades responsáveis pela educação para pessoas privadas de liberdade, que oportunizasse ações de formação continuada efetivas para esse grupo de profissionais que atuam em escolas diferenciadas. No ano de 2006, houve a tentativa de implementação de um curso de capacitação profissional, uma experiência formalizada para os profissionais que trabalham com a educação de jovens e adultos privados de liberdade. No entanto por inúmeras dificuldades, desde a organização do curso até a operacionalização, muitos problemas aconteceram, tais como: a dificuldade de conciliar os horários determinados pelos organizadores com o horário dos professores, o não conhecimento da realidade da prisão pelos formadores e, principalmente, o fato de o acordo entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a SEAP e a Secretaria de Educação não ter sido devidamente cumprido. Sendo assim, o curso foi cancelado durante seu andamento, frustrando muitos profissionais envolvidos e interessados em dividir as experiências vividas naquele espaço.

Há pouco tempo nós tivemos um (curso de capacitação para professores das escolas prisionais); não capacitou em nada. A coisa foi tão mal formulada que não teve continuidade. Simplesmente o curso parou, desapareceu, ninguém teve mais conhecimento do que iria acontecer

(Professora Iracema, História)

Os profissionais entrevistados entendem a formação continuada oferecida no e sobre espaço de atuação mais eficaz e eficiente, pela necessidade de discussões pontuais e urgentes sobre o trabalho desenvolvido nas escolas prisionais.

Eu acho que a gente precisa de formação continuada aqui sim. Não que isso vai te dar uma receita pronta pra você chegar ali e desenvolver o teu trabalho. Tem que servir pra você estar se atualizando, trocando experiências e tentar melhorar, com essa troca de experiências, a tua prática. Agora, se é pra trazer uma formação continuada só de base acadêmica ou com pessoas que não conhecem nossa

realidade, sem haver essa troca com os colegas, aí não. Tem que haver troca pra ver como é que o colega de outra unidade ta trabalhando, como é que ele está agindo com seu grupo, o que ele está fazendo que deu certo. Tem que ter essa ponte

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

Os professores entrevistados acreditam que a formação continuada, necessária ao exercício da docência, deve ter como espaço privilegiado a escola prisional. A formação continuada dos profissionais que atuam no sistema prisional poderia ser pensada de forma integrada com os profissionais de outras áreas que atendem esse grupo de alunos, como: assistente social, psicóloga, defensor público, profissionais da saúde, agentes de segurança, visto que a escola precisa da ajuda desses profissionais na tentativa de reabilitar os sujeitos privados de liberdade e o professor precisa de algumas orientações desses serviços para lidar melhor com as especificidades desse público; sem contar que esses serviços devem se mostrar mais atuantes junto aos alunos para que esse consiga ter melhores condições de repensar seus atos, rever valores, reintegrar-se à sociedade e, principalmente, cumprir sua pena com mais humanidade e apoio.

Acho que uma formação continuada com maior orientação psicológica para o professor, para trabalhar com pessoas com sérios problemas, teria que ter uma orientação sim, psicológica. Uma orientadora para ajudar o professor a lidar com esse grupo de alunos que é diferenciado e para eles que têm muitos problemas. Porém, o professor acaba sabendo lidar com esse processo ao longo do tempo, mas ele vem pra cá e cai na sala de aula até, de repente, sem saber com que está lidando. A gente aprende com a prática, mas uma orientação, devia ser de bom agrado. Devia ter essa orientação pedagógica, orientação psicológica para o professor e para o aluno.

(Professor César, Biologia)

Destacamos que além da necessidade de uma formação em serviço integrada aos outros serviços, há a importância de profissionais atuando nas escolas, como orientadores educacionais, psicólogos e coordenadores pedagógicos. Esses serviços são essenciais à escola prisional, para o bom atendimento dos educandos e educadores.

Entendemos a formação continuada como parte integrante do trabalho docente e a escola como lócus preferencial desse processo de novas aprendizagens e de socialização profissional. A formação continuada realizada no cotidiano escolar, durante os encontros na sala dos professores, nos conselhos de classe e reuniões pedagógicas,

acabam sendo um dos únicos momentos em que o professor ameniza suas dúvidas, apazigua seus anseios e valida suas experiências. Na troca de experiências com a equipe sobre o dia-a-dia na sala de aula o professor encontra contribuições para o aprimoramento do trabalho pedagógico.

Os professores mais antigos e os próprios alunos tornam-se a fonte de apoio ao professor que chega, sem experiência nesse tipo de escola, pois passam algumas diretrizes sobre a cultura da escola prisional, fazendo com que eles adquiram, ao longo do tempo de sua carreira, competências, interiorizem rotinas e saberes que lhes proporcionará domínio progressivo sobre as situações de trabalho. A rotinização é aqui entendida não como uma simples maneira de controlar os acontecimentos da sala de aula, mas como demonstrativo da “forte dimensão sociotemporal do ensino na medida em que as rotinas se tornam parte integrante da atividade profissional, constituindo, desse modo, ‘maneiras de ser’ do professor, ‘seu estilo’, ‘sua personalidade profissional’” (Tardif, 2002, p.101)

Eu sou nova nesse tipo de escola, mas percebo assim, é... o pessoal pelo menos aqui nesse presídio, é um pessoal que já está aqui há bastante tempo e tem muita experiência, e já passou por vários presídios, aí eu procuro ouvi-los sempre, né, por que eles têm muita experiência e podem me ajudar a entender melhor o trabalho aqui. (...) Esse contato com o grupo é muito importante; estou vivenciando aqui a cada dia coisas novas, todos os dias tento sair fazer relatório, até pra entender....compreender, pra isso não se perder, porque eu estou buscando compreender, porque é um trabalho diferenciado aqui dentro, então eu procuro sempre conversar, trocar experiências com os colegas, com os alunos mais antigos, com a direção.

(Professora Rosane, História)

4.5

formação em direitos humanos: uma possibilidade

Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos

(Nelson Mandela – Long Walk to Freedom, Little Brown, Londres: 1994)

Os professores têm consciência de que o aluno apenado, ao procurar a escola, tem diversos interesses, seja a remissão, seja um refrigerio para seus problemas cotidianos, seja a busca de novos conhecimentos. Entretanto é consenso que o aluno da escola prisional vem principalmente para encontrar um espaço de diálogo, um local onde possa ser ouvido, ser valorizado, onde seus direitos e sua dignidade estejam assegurados.

Esse aluno, ele vem em busca de muitas coisas. Primeiro o espaço pro diálogo. Ele quer falar da sua vida, das suas expectativas, da sua esperança. Então ele tem que ter esse espaço pro diálogo. E ele vem em busca de uma oportunidade. Ele vê a escola como um espaço onde ele vai ter uma oportunidade, onde ele se sente respeitado. E a questão de conteúdo ela não vem em primeiro plano. A gente até mostra pra ele a importância e tal, tem alguns alunos que se dedicam mais, mas num primeiro momento ele quer um espaço onde ele possa ser ouvido, ele possa colocar suas angústias, preocupações, e é um grupo de alunos bastante instável emocionalmente. Um aluno falou uma vez que a escola era o espaço dentro da cadeia em que ele era visto como gente, então é refúgio mesmo, entendeu? Então é como se eles tivessem entrando em outro mundo. Que a escola fizesse a ponte com a realidade. A escola dá essa impressão de uma realidade diferente pra eles, mais humana. Parece que ele está num outro espaço.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

Mesmo que durante as entrevistas nenhum professor tenha comentado sobre o desrespeito ao preso no ambiente prisional, ficou evidente que todos assumem a postura de trabalhar para o resgate do ser humano, para a mudança de atitudes e comportamentos, para a transformação do ser humano, para uma educação que contemple, antes dos saberes cognitivos e intelectuais, a formação de um cidadão crítico e consciente de seu lugar no mundo em que vive, com seus direitos e deveres e com a possibilidade de interferir no processo de construção de um mundo melhor. Encaram a docência em sua complexidade e assumem a responsabilidade da formação completa desse cidadão. Não tratam o processo educativo como um mero repassar de informações pontuais sobre a disciplina que ministram.

Entendem que somente o conhecimento e aprendizagem dos conteúdos disciplinares não são suficientes para a mudança necessária daquelas vidas para o retorno à sociedade. Esse fato muito nos chama a atenção, pois as situações de trabalho escolares cotidianas são, constantemente, impregnadas pelas marcas do ambiente prisional e o professor não se resigna ou esmorece diante desse quadro. Pudemos

observar durante os seis meses de trabalho de campo um grupo sempre motivado no enfrentamento das dificuldades, confiante e consciente do seu papel no resgate daquelas pessoas, compreendendo que o espaço da prisão, local onde se cumpre a punição, deve também oferecer oportunidades diversas para que essa pessoa possa retornar ao convívio social com uma nova postura. As resistências que encontram, como as condições ínfimas para o exercício da docência, não os fazem apenas reclamar ou reivindicarem direitos, mas sim os põe a trabalhar como uma forma de driblar tais adversidades. Entendem que suas posturas, dinamicidade e trabalho são as verdadeiras “armas” para combater a ineficiência do Estado perante seus cidadãos, agora encarcerados, mas que antes também não tiveram seus direitos assegurados por lei resguardados. Basta citarmos os dados da pesquisa divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, Retratos do Cárcere¹⁰, que nos apresenta o perfil do indivíduo com mais probabilidades de ser preso no Rio de Janeiro e São Paulo: jovem, solteiro, sem religião, com baixo nível de instrução escolar e negro. Notamos nesses dados o perfil dos alunos das escolas prisionais.

Os docentes reconhecem que os sujeitos privados de liberdade enfrentam problemas com sua baixa auto-estima, com as “leis” da prisão, com a massificação de seus comportamentos e estes vêm na escola um espaço de refrigério mediante os sofrimentos da vida no cárcere.

“Ele esquece que tá dentro da cadeia quando está na escola, pelo tratamento que ele recebe”.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

“Eu costumo dizer que a escola é a ponte das trevas pra luz, porque aqui realmente eles têm um momento de tranqüilidade, um momento de beleza, de encantamento”.

(Professor Valdevino, Matemática)

Logo, uma formação profissional que enfatize e desenvolva o comprometimento com os direitos individuais e coletivos apresenta-se como imprescindível para os docentes que atuam no espaço diferenciado da prisão.

¹⁰ A pesquisa revelou, a partir de informações sobre a população carcerária do Rio de Janeiro e São Paulo, que pessoas com até seis anos de escolaridade têm duas vezes mais chances de serem presas do que aquelas que estudaram mais.

A educação prisional deve se estabelecer em verdadeiro instrumento de luta que vise uma vida mais digna àquelas pessoas, apresentando propostas, mobilizando governos e sociedade civil dos efeitos causados pela desassistência a essas pessoas quando em poder do Estado. É preciso não só olhar, mas reparar nesse contingente, nessa massa desqualificada, nessas pessoas que têm (e muitas tiveram) seus direitos mínimos de cidadania negados.

A formação do professor, tanto inicial quanto continuada, capaz de oferecer subsídios pertinentes à prática em uma escola prisional, deveria aproximar-se de uma formação em Direitos Humanos. Conforme Morgado (2001), p. 44,

“As exigências deste tipo de formação giram em torno da formação de cidadãos capazes de conhecer, defender e promover estes direitos, nos níveis individual e coletivo.”

Segundo Schemelkes, Conde e Magendzo apud Morgado (2001, p.44) “tais autores acreditam que nos Direitos Humanos estão as bases para uma formação ética, profunda e completa, e que se trata de um saber que assumidamente não é neutro”. A formação em Direitos Humanos apresenta-se apropriada ao profissional de ensino que convive diariamente no contexto de violação desses mesmos direitos, o ambiente da prisão, marcado pela violência, pelas condições aviltantes em que se encontram os sujeitos privados de liberdade no cumprimento de suas penas.

A formação em Direitos Humanos possibilitaria ao professor uma maior reflexão sobre os aspectos diversos que envolvem o ato de educar. A proposta apresentada por Morgado (2001, p. 45), em relação à educação em Direitos Humanos, contempla um educador que se comprometa com a construção de um saber docente que privilegie a experiência de um sujeito histórico e social. Os Direitos Humanos não podem ser encarados apenas como tema a ser contemplado nas grades curriculares. A autora nos diz que o saber em Direitos Humanos “privilegia, em grande parte, a dimensão da experiência” (Morgado, 2001, p.45).

Sendo assim, espera-se do educador que participa de um processo de formação com ênfase nos Direitos Humanos um compromisso com o meio social e político em que atua, uma constante reflexão sobre suas práticas e sobre seu papel como agente do processo educativo. Oferecer aos profissionais que atuam em escolas prisionais uma educação em Direitos Humanos vem ao encontro dos anseios desses professores ao reconhecer o abandono em que vivem os sujeitos privados de liberdade; a necessidade

de uma educação transformadora de atitudes e comportamentos; uma educação dialógica e afirmativa de valores que respeitem às diferenças e ao outro. Espera-se que o professor possa acreditar ser sua prática transformadora e que ele além da esperança carregue consigo uma “bagagem” que lhe dê suporte para efetivar seus anseios e objetivos.

A educação na prisão e o professor são fundamentais para a formação de personalidade desse camarada que errou, para, de repente, ser possível uma mudança de caráter, formando cada vez mais uma personalidade, você de certa forma altera alguma coisa no comportamento. Então a proposta é essa, é ressocialização, é acreditar que é possível, é fazê-lo acreditar que há um mundo melhor, mesmo diante de algumas dificuldades.

(Professor Valdevino, Matemática)

No contexto da prisão, em que o respeito à dignidade humana é frequentemente violado, faz-se importante um educador que tenha consciência do valor de restabelecer tais direitos àqueles sujeitos privados de liberdade. Cabe ao docente imbuído do sentimento e da certeza de que os objetivos da educação no cárcere precisam ser contemplados e desenvolvidos em um ambiente onde prevaleça os Direitos Humanos, guiar esse processo a partir de suas vivências, suas experiências e sua formação, articulando todos os saberes que dispuser no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

Entendemos ser a proposta de Morgado (2001) sobre a Educação em Direitos Humanos um instrumento pertinente a ser utilizado no processo de formação docente, como uma maneira desse educador construir práticas educativas que ajudem a concretizar os objetivos da educação carcerária.

Promover atividades cotidianas que levem a consciência dos Direitos Humanos e possibilitar práticas que desenvolvam atitudes e comportamentos que valorizem esses direitos, parece-nos um bom caminho a oferecer àqueles que já violaram direitos estabelecidos e têm constantemente os seus também ameaçados.

A participação em projetos sociais em comunidades carentes, em prol de melhores condições de vida para um grupo de excluídos, levando-os ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre seus direitos e deveres como membros ativos da sociedade em que vivem, foi fator facilitador na adaptação de alguns professores no trabalho com os sujeitos privados de liberdade. Três professores participantes da pesquisa atestam utilizar a experiência em projetos sociais como um recurso na elaboração de questões a serem trabalhadas na sala de aula, visando a

formação de valores capaz de levar o indivíduo apenado a uma maior conscientização de seu papel como sujeito de sua história.

Eu trabalhei em áreas de risco, lidei muito com a população chamada marginal, lidei muito com eles. Então lidar com isso, é andar sempre no fio da navalha onde você tem que equilibrar de um lado a lei, do outro lado o grupo marginal, que vive a margem das normas estabelecidas pela sociedade. Então, com essa vivência lá de fora, nesses projetos, você consegue manter seu padrão de comportamento de conduta. Essa experiência me ajuda no resgate da identidade do ser humano, da pessoa. Porque quando uma pessoa cai dentro do sistema, ele perde sua identidade, sua auto-estima. Ele esquece que ele é pai, ele esquece que é marido, muitos são até avós. Então, nosso objetivo aqui é resgatar a identidade deles. Esse é o maior trabalho que tem que ser feito aqui, o resto é consequência.

(Professora Rosângela, Inglês)

4.6

A atividade na prisão: novo momento da carreira docente

Consideramos que a entrada para o exercício da atividade docente em uma escola prisional apresenta-se como uma etapa particular, e porque não considerar uma etapa atípica, dentro do processo de desenvolvimento da carreira. Instala-se uma nova fase de exploração e aprendizado, antes da estabilização naquele espaço, mesmo que o profissional já tenha tido experiências anteriores. Todos os entrevistados disseram que viviam anteriormente um período de estabilidade na profissão, até se depararem com a realidade ímpar do cárcere. Independem a idade ou tempo de carreira e experiências anteriores para o momento de desestabilização e reinício da fase exploratória, pela qual passam os docentes ao fim de sua formação acadêmica e início de suas atividades profissionais. Ela acontece, na atividade docente pesquisada, face às particularidades do local de atuação, a prisão, e do objeto de trabalho, o aluno apenado.

A literatura sobre a carreira, em específico os estudos de Huberman (1989) trata das fases da docência. Os estudos empíricos falam sobre a entrada na carreira, nos dois ou três anos iniciais como uma fase de sobrevivência e de descoberta. As duas podem ser vividas conjuntamente ou não. A fase da sobrevivência ou choque do real é marcada pela confrontação inicial com a complexidade da situação profissional. A fase da descoberta apresenta-se como a possibilidade para o indivíduo resistir ao choque com a

realidade ocasionado com a entrada na carreira. É o momento de entusiasmo inicial, de responsabilidade e de participação junto a um corpo profissional.

De acordo com Tardif (2002, p. 82) o início da carreira pode ser considerado uma fase crítica em relação às experiências anteriores e aos ajustes a serem feitos em função das realidades do trabalho, momento onde pode ocorrer o “choque com a realidade” ou “choque de transição” ou “choque cultural”. Esses termos que marcam a fase de entrada no exercício da atividade nos remetem ao confronto inicial com a dura e complexa realidade do exercício da profissão.

Entendemos como Veenman apud Tardif (2002, p.84) que “o choque com o real se refere à assimilação de uma realidade complexa que se apresenta incessantemente diante do novo professor, todos os dias que Deus dá.”

Sendo assim, o fato de lidar cotidianamente com uma realidade nova e complexa, como desenvolver as atividades da profissão em um meio para o qual não foi preparado e lhe é desconhecido, trazem a esse já “experiente” professor alguns conflitos, levando-o a pensar, não em abandonar a carreira, mas aquele espaço específico de atuação, a repensar a formação do profissional de ensino, as condições de trabalho a que estão submetidos alguns professores, entre outros aspectos ligados à docência.

Os professores que atuam nas escolas prisionais de certo já vivenciaram os conflitos pertinentes à fase de exploração e superaram as expectativas em relação à permanência na carreira, pois se mantêm até hoje firmes em seus propósitos, no entanto, pelas especificidades do trabalho e reconhecimento do despreparo ao iniciar suas práticas em uma escola prisional, com sujeitos marcados pela exclusão, esse momento de adaptação e questionamentos frente à nova realidade surgem novamente.

“No início realmente foi barra, é um choque esse início aqui dentro, a gente se questiona muito, questiona tudo. Agora, não. Agora virou uma coisa normal. Entrou no sangue”.

(Professor José Carlos, Geografia)

Pensamos que a prática docente em uma escola na prisão apresenta-se como uma atividade que exige em demasia de seus profissionais, exige um investimento do que são como pessoa, no entanto apresenta alguns aspectos facilitadores que contribuem para a fase de consolidação da profissão e estabilização na carreira, tais como: turmas mais fáceis de lidar, volume de trabalho que não consuma todas as energias do

professor, apoio da direção, vínculo definitivo com a instituição, colegas “acessíveis”. Logo, notamos que apesar das dificuldades, especificidades e complexidade da docência no ambiente da prisão, alguns fatores se apresentam como facilitadores da fase de estabilização para esses professores e contribuem para permanência, de maneira satisfatória, deles naquele espaço de atuação. Todos, durante as entrevistas, foram categóricos ao afirmar que há muitas vantagens no trabalho desenvolvido na prisão em comparação com o trabalho em outras escolas, digamos convencionais, extra-muros, como o número de alunos em sala com que trabalham e desenvolvem suas atividades diariamente, as questões disciplinares, a valorização dada pelos alunos pelos alunos no desempenho da função e o aprendizado sobre a cultura da prisão e sobre o trabalho docente na prisão oportunizado pelos colegas mais antigos.

Na rua a gente tem muitos embates, com relação à disciplina, com relação ao tratamento mesmo: aluno/ professor, aluno/ direção. São muitos conflitos diariamente e que muitas vezes a gente fica de pés e mãos atados para resolver. E muitas vezes a escola não tem respaldo com a família, com a sociedade, e isso torna o cotidiano muito difícil na escola da rua. Na escola prisional a gente não tem isso.

Uma boa relação é importante, porque evita o desgaste da relação. A relação professor aluno na escola lá fora ela tá muito desgastada. Eu quando vim trabalhar aqui eu estava num processo lá fora de que todo dia eu tinha que buscar assim um motivo para eu realizar com prazer as minhas atividades em sala de aula. Porque esse enfrentamento cotidiano, com essa irreverência, com essa falta de referências que os adolescentes trazem, com essa falta de respeito, que passa pela falta de respeito. Eles não sabem diferenciar o amigo, que é da idade deles, que tá ali, da pessoa mais velha, independente de ser professor, de ser pai, enfim, eles não sabem. E isso provoca um desgaste muito grande na tua relação em sala de aula porque aí você tem que se impor, pra você ter o controle daquela situação, pra depois você desenvolver teu trabalho. Então quando você começa a desenvolver teu trabalho você já tá cansado. E aqui não tem isso, porque a cada professor que entra na sala, eles vêem uma oportunidade de estabelecer uma relação de amizade também com aquela pessoa. É a oportunidade que eles têm de estar conversando com uma pessoa que vai trazer alguma informação nova pra eles, então, pelo menos aqui, eles são muito receptivos a figura do professor.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

Embora todos os profissionais entrevistados já tenham mais de dez anos de carreira no magistério, é fato que o início do exercício da docência em uma escola na prisão configura-se como uma nova entrada na profissão, com novos desafios, com o choque com aquela realidade, mesmo com as experiências e socialização profissionais anteriores. Pois, além da adaptação a realidade escolar, o profissional tem que se

adequar às regras da prisão, como a revista que antecede a entrada ao estabelecimento prisional, para as quais ele não está preparado, não tem conhecimento e enquanto alguns não se sentem confortáveis em ter que atendê-las da maneira como são postas em prática, outros as entendem como necessárias. Mas, de fato todos os entrevistados informaram ser a assimilação da cultura da prisão um fator desconfortável no início do trabalho na escola prisional.

Eu acho que uma coisa que eu não vou me adaptar nunca é a questão da desconfiança. Essa coisa que você é olhado ali na frente com desconfiança, sempre achando que vão encontrar alguma coisa. Isso me incomoda. Eles colocam todo mundo no mesmo nível. Assim todo mundo é capaz de traficar alguma coisa, de trazer alguma coisa. Como na questão do material que eu trouxe pra trabalhar com os alunos e começaram a fazer uma serie de perguntas e eu me senti diante de um interrogatório como se eu tivesse cometido algum delito, quer dizer eles desconhecem a questão de como a escola trabalha, quais os recursos que o professor vai lançar mão pra atingir os seus objetivos que ele tem pra sala de aula, pra sua disciplina, então essa coisa de quem tem ta lá fora revistando, não ter esse olhar, até porque não tem que ter, porque não ta inserido, mas isso me incomoda, isso me incomoda. E eu acho que nesses 4 anos que eu estou aqui tem sido o aspecto mais difícil de superar, essa questão da desconfiança na revista com relação ao material que você traz pra trabalhar.

(Professora Simone, Língua Portuguesa)

No principio, eu estranhei, mesmo porque nós viemos pra cá e não nos são ditas quais são as regras de uma escola na prisão, regras da prisão. Nós não temos nenhuma informação ou período de adaptação, nós desconhecemos as regras. Então muitas vezes as coisas que você acha que são tão simples que não tem problema nenhum, muitas vezes é considerada uma transgressão a um regulamento que você desconhece.

(Professora Rosângela, Inglês)

O trabalho em uma escola prisional por suas particularidades pode ser considerado como uma nova etapa, um (re)começo na carreira desses profissionais, onde essas fases, do choque com o real e da descoberta, fazem-se presentes, mesmo que o profissional já tenha atuado em outros contextos escolares.

Toda experiência anterior ajuda ao trabalho, apesar de quando eu cheguei aqui na escola, no sistema, eu não tinha nenhuma experiência em lidar com esse público, com essas regras e fui aprendendo ao longo do tempo, sabendo que são pessoas que estão ali, então a experiência que eu tenho é da prática do dia-a-dia, construindo aqui a cada dia.

É claro que o professor tem que ter uma orientação diferenciada, tem que estar preparado pra trabalhar numa escola prisional, pois nem tudo são flores, muitas

dificuldades, porque além de você ter sua chefia, a secretaria de educação, você tem a chefia da casa, você tem o convívio com eles. É difícil, porque às vezes aquilo que você pensa fazer o diretor da casa da unidade prisional não aceita, então a gente tem que se adaptar a realidade, aquilo que a gente às vezes quer, mas não pode fazer.

(Tânia, Diretora)

Ajuda a experiência dele profissionalmente falando lá de fora, mas a realidade aqui é totalmente diferente, há um impacto com essa realidade. A matéria, a disciplina ele vai ensinar como ensina na rua, mas só que aqui é uma prisão e isso é muito diferente.

(Professora Rosane, História)

Entendemos que o tempo de passagem de uma etapa, de uma fase para outra é menor no ambiente prisional. O profissional ou se adapta ao meio com maior rapidez, sobrevivendo ao choque de realidade em um curto espaço de tempo ou então acaba desistindo.

Em relação à adaptação houve uma professora de Ed. Física, de matrícula, que veio pra cá. Mostrei a escola, mostrei toda a equipe docente, mas ela não quis ficar, disse que não estava preparada psicologicamente pra ficar. Não chegou nem a entrar em sala. Apresentou-se num dia, no outro dia veio e pediu o papel de volta que ela não iria ficar. No início, quando as pessoas vêm pra cá, claro, fica aquele medo, aquele receio, não sabem se estão preparadas ou não, mas 99% ficam e passado algum tempo ainda trazem, às vezes, outros colegas, recomendam: “puxa, lá é bom, trabalhar lá”.

(Tânia, Diretora)

O início da atividade docente em uma escola prisional leva o profissional de ensino a questionar e refletir sobre sua formação inicial como quando no momento em que ele realmente dá entrada na profissão pela primeira vez depois de concluir sua formação. Os professores, nesse momento de início de carreira, passam por uma fase crítica e julgam sua formação universitária anterior.

Esses profissionais lembram que estavam mal preparados para enfrentar condições de trabalho difíceis, principalmente, no que diz respeito a elementos como o interesse pelas funções, a turma de alunos, a carga de trabalho, etc. em relação aos profissionais das escolas de presídio o que mais se destaca é o ambiente da prisão, com sua imobilidade, a massificação das identidades dos alunos detentos, os objetivos contraditórios convivendo em conjunto – punir e ressocializar – as questões de

segurança prevalecendo sobre as questões de cunho pedagógico, a falta de assistência dos serviços específicos; e o perfil dos sujeitos privados de liberdade marcados, em sua maioria, por uma vida de exclusão no que concerne aos direitos básicos do cidadão, como: direito à educação, à moradia, ao trabalho, à saúde, ao lazer.

O modo de viver a carreira docente a partir da entrada em uma instituição prisional foi uma questão relevante que emergiu do trabalho de campo. Há marcas produzidas por essa experiência capazes de levar o professor a sentir-se novamente como um iniciante na profissão; com questionamentos, conflitos, reflexões e inseguranças pertinentes à fase inicial da carreira. Embora, todos assegurem passar por esse período de desestabilização na carreira ao iniciar o trabalho docente no cárcere, mesmo com anos de experiência na profissão, afirmam que conseguem superar o choque com a realidade por conta de fatores como as experiências anteriores e o jogo de cintura conseguido com os anos de profissão.